



CONTRATO Nº 02/2022

PREGÃO ELETRÔNICO № 91/2021

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Anderson Manique Barreto, inscrito no CPF sob o nº 967.311.099-91 e RG nº 5.228.761-8, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro a empresa EDUKA TECNOLOGIA, GESTÃO E EDUCAÇÃO LTDA, estabelecida na Avenida Anhanguera, 5674 – Set Central, Edifício Palácio do Comércio, Sala 101, na cidade de Goiânia (74.043-010), Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob n.º 41.399.052/0001-60, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Mayana Ramos Machado Valli, inscrita no CPF sob o nº 011.442.085-80 e RG nº 3.259.581, a CONTRATADA. (CONTATOS: atendimento@keduka.com.br, seguir denominada emilie@keduka.com.br, (61) 99686-6268), estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e subsequentes alterações, e legislação complementar vigente e pertinente a matéria, ajustam o presente Contrato em decorrência do Edital de Pregão Eletrônico n.º 91/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo primeiro: O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, PARA CADASTRO ÚNICO DE VAGAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, englobando os serviços de instalação, implantação, treinamento, manutenção mensal que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados; de acordo com as quantidades e demais especificações constantes neste Contrato e Edital.

<u>Parágrafo segundo:</u> Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital do Pregão Eletrônico nº 91/2021 juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

Pelo fornecimento da licença de uso de software e serviços, referentes ao objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme segue:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	12,0	MÊS	17355	LICENCA DE USO DE SOFTWARE MENSAL, CORRETIVA E ADAPTATIVA DO SISTEMA.	1.030,00	12.360,00
1	2	1,0	UN	17356	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE	3.000,00	3.000,00
1	3	1,0	UN	17357	TREINAMENTO COMPLETO PARA 15 COLABORADORES DO MUNICIPIO, PARA	850,00	850,00





					VALOR TOTAL		25.000,00
1	4	100,0	HR	17358	ATENDIMENTO TECNICO	87,90	8.790,00
					SISTEMA.		
					GERENCIAMENTO COMPLETO DO		

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

<u>Parágrafo primeiro:</u> O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses prorrogáveis, de 17 de janeiro de 2022 a 16 de janeiro de 2023.

<u>Parágrafo segundo:</u> A contratada não poderá em hipótese alguma, mesmo que por solicitação da Secretaria contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Dos prazos, local e condições para execução dos serviços estão fixadas detalhadamente no item 11 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA QUINTA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO

As especificações técnicas do objeto estão fixados detalhadamente no item 7 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

<u>Parágrafo primeiro:</u> Qualquer alteração contratual, seja relativa a prazo, quantitativa (acréscimo ou supressão) ou qualitativa, deverá ser devidamente entregue ao Departamento de Saúde com antecedência, sob pena de indeferimento.

<u>Parágrafo segundo</u>: O prazo de fornecimento poderá ser prorrogado, a critério da Administração, através do Departamento de Saúde, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas nos incisos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes e sejam observadas as normas legais em vigor.

<u>Parágrafo terceiro:</u> A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, firmados através de termo aditivo.

I - A contratada <u>não poderá em hipótese alguma</u>, mesmo que por solicitação do departamento contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

<u>Parágrafo quarto:</u> A Administração reserva ao direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada.





<u>Parágrafo quinto:</u> A Administração reserva o direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender as especificações contidas no presente edital ou que sejam considerados inadequados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

As condições para a subcontratação estão detalhadas no item 10 do termo de Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada estão detalhadas no item 8 do Termo de Referência — Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante estão detalhadas no item 9 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A forma de pagamento está detalhada no item 13 do Termo de Referência – Anexo I do presente, e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes neste Edital correrão por conta da dotação orçamentária especificada abaixo:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica Desdobramento da Despesa: 3.3.90.40.08 – Manutenção de Software Desdobramento da Despesa: 3.3.90.40.06 – Locação de Software

UG	O/U	FONTE	P/A	DESCRIÇÃO	DESPESA PRINC.	DESD.	NATUREZA
00 05 /01	102	2.011	CRECHES	200	2463	3.3.90.40.08	
00	05/01	103	2.011	05.001.12.365.0012.2.011	260	2464	3.3.90.40.06

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

As condições quanto a gestão e fiscalização do contrato estão detalhadas no item 16 do Termo de Referência – Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

<u>Parágrafo primeiro</u>: Durante a vigência do Contrato, os valores não serão reajustados. <u>Parágrafo segundo</u>: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a contratada requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.





I. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

<u>Parágrafo quarto:</u> Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

<u>Parágrafo quinto:</u> Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo primeiro: Nos termos do Art. 7º da Lei 10.520/02, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato e das demais cominações legais.

<u>Parágrafo segundo:</u> As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com o prescrito na Lei Federal nº 8666/93, e em legislação correlata, podendo ser das seguintes espécies:

- a) Advertência.
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade.
- I As sanções previstas nos subitens "a", "c" e "d" do parágrafo segundo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do subitem "b".

Parágrafo terceiro: A multa imposta a contratada ou licitante, poderá ser:

- a) de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:
 - I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos.
 - II 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.
- b) de caráter compensatório, quando será aplicada nos seguintes percentuais.





- I 15% (quinze por cento) do valor do empenho em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.
- II 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.
- I O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de fornecimento do produto e/ou execução dos serviços.

<u>Parágrafo quarto:</u> A instrução obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

<u>Parágrafo quinto:</u> Na fase de instrução, o indiciado será notificado pelo gestor do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do correio eletrônico no e-mail, para apresentação da Defesa Prévia, assegurando-se lhe vista do processo, e juntada dos documentos comprobatórios que considerar pertinentes à fundamentação dos fatos alegados na mesma.

<u>Parágrafo sexto:</u> O extrato da decisão definitiva, bem como toda sanção aplicada, será anotado no histórico cadastral da empresa e nos sistemas cadastrais pertinentes, quando for o caso, além do processo ser apostilado na sua licitação correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL E EXTINÇÃO

<u>Parágrafo primeiro</u>: Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos artigos 77, 78 e 88 da Lei nº 8.666/93, o Município de Coronel Vivida poderá, garantida a prévia defesa, rescindir unilateralmente o contrato, na forma do artigo 79 do mesmo diploma legal, bem como aplicar à contratada as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

<u>Parágrafo segundo</u>: O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

<u>Parágrafo terceiro:</u> Será automaticamente extinto o contrato quando do término do prazo estipulado e/ou prazo de garantia e não ocorrendo o acordo de prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ANTICORRUPÇÃO

As condições anticorrupção estão detalhadas no item 15 do Termo de Referência — Anexo I do presente e devem ser rigorosamente observadas pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

<u>Parágrafo primeiro:</u> Nenhum serviço fora das especificações deste Contrato poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

<u>Parágrafo segundo:</u> A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUCESSÃO E FORO

Parágrafo único: As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo o da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná para solução de toda e qualquer questão dele decorrente, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Testemunhas:

Coronel Vivida, 14 de janeiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE Assinado de for ANDERSON MANIQUE BARRETO:9673110999 1 Assinado de for ANDERSON MANIQUE BARRETO:96731 Dados: 2022.01	NIQUE 109991 MACHADO	MAYANA RAMOS MACHADO				
Anderson Manique Barr	reto Mayana Ramo	Mayana Ramos Machado Valli				
Prefeito	Eduka Tecnologia, Ge	Eduka Tecnologia, Gestão e Educação Ltda				
CONTRATANTE	CONTR	CONTRATADA				





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO № 91/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, PARA CADASTRO ÚNICO DE VAGAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, englobando os serviços de instalação, implantação, treinamento, manutenção mensal que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, com atendimento e suporte técnico para os sistemas relacionados, conforme especificações e exigências descritas neste Termo de Referência.

2. Da Justificativa:

- 2.1. A implantação de Sistema integrado tem como objetivo a modernização e o fortalecimento Institucional na área administrativa dos CMEIs Municipais, para uma política pública transparente e eficiente, tendo em vista a grande procura de vagas nos CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), na rede municipal, se faz necessário a contratação de serviço de licença com suporte de implementação de sistema online para cadastro dos responsáveis que pleiteiam vagas de creches.
- 2.2. De forma específica, os sistemas estão dirigidos a:
 - a) Aperfeiçoar o modelo de gestão, a estrutura funcional, a administração dos recursos humanos;
 - b) Implementar métodos e instrumentos de planejamento e de organização, num contexto de transparência aos cidadãos:
 - c) Atender as necessidades da população por melhor prestação dos serviços públicos essenciais nos CMEIs Municipais;
 - d) Prover o bem estar social através de controle e auditoria dos serviços prestados à população:
 - e) Aprimorar a efetividade do controle de filas nos CMEIs Municipais;
 - f) Garantir a transparência na chamada de aquisição de vagas de forma a cumprir a legislação vigente;
 - g) Prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo, através de ferramentas automatizadas.
- 2.3. Justifica-se, portanto, como necessária e imprescindível a presença efetiva de uma empresa de prestação de serviços com os objetos licitados pelo Município.

3. Especificações e Quantidades:

3.1. Especificações mínimas funcionais para execução dos serviços relacionados ao sistema on-line de cadastro único de vagas, nos Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação.





3.2. Os serviços os quais serão contratados são:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	12,0	MÊS	17355	LICENCA DE USO DE SOFTWARE MENSAL, CORRETIVA E ADAPTATIVA DO SISTEMA.	1.030,00	12.360,00
1	2	1,0	UN	17356	IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE	3.000,00	3.000,00
1	3	1,0	UN	17357	TREINAMENTO COMPLETO PARA 15 COLABORADORES DO MUNICIPIO, PARA GERENCIAMENTO COMPLETO DO SISTEMA.	850,00	850,00
1	4	100,0	HR	17358	ATENDIMENTO TECNICO VALOR TOTAL	87,90	8.790,00 25.000,00

- 3.2.1. O Sistema deverá ser acessível por computadores, smartphones e tablets que estejam ligados à rede mundial de computadores e deverá contar com as seguintes funcionalidades:
- Cadastro de Responsável
- Cadastro de Criança
- Cadastro de CMEI
- Cadastro de Turma
- Cadastro de Vagas
- Cadastro de Administradores
- Cadastro de Diretores/Coordenadores por CMEI
- Validação de Cadastro
- Envio de Notificações por SMS e e-mail
- Gerenciamento de status por vagas
- Gerenciamento de lista de crianças pelos critérios estabelecidos pelo Município
- Lista de Vagas automática, conforme os critérios estabelecidos polo Município cujo quais evidenciam maior necessidade.
- Relatórios de Inscritos por Vagas em tempo real, Inscritos por Turmas, Inscritos por CMEI, Relatório de Vagas por Status.
- Histórico de Ações de usuários/administradores para as vagas
- Painel Administrativo para o Administrador do Sistema que permita o acompanhamento das vagas em tempo real, para o Município e também para outros órgãos de interesse.

4. Da Avaliação dos Custos:

4.1. O custo total estimado para a futura contratação é de R\$ 28.210,00 (Vinte e oito mil duzentos e dez reais), conforme mapa comparativo em anexo ao processo. Sendo que, após a fase de lances e negociação chegou-se ao valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).





- 4.2. Os custos estimados foram apurados a partir do mapa comparativo constante no processo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, corroborando que os valores estão dentro do praticado no mercado.
- 4.3. A metodologia de pesquisa de preços foi embasada no Decreto Municipal nº 6.529 de 05 de fevereiro de 2019, o qual dispõe sobre as ferramentas para estabelecer o preço estimado ou de referência para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Município de Coronel Vivida-PR.
- 4.4. Toda a atividade de pesquisa, desde a seleção de parâmetros, cotação de preços nos parâmetros escolhidos ao juízo crítico sobre os valores encontrados, tem como objetivo final a confecção do mapa comparativo de preços, tratando-se de percentuais apenas para se estimar o custo de uma unidade, sendo assim desconsideramos valores muito acima ou muito abaixo dos demais para que não obtivéssemos valores equivocados dentro do processo, tanto sobrepreços como inexequíveis.

5. Dos Critérios e Embasamentos Legais para Contratação:

5.1. Modalidade: Pregão

5.2. Da forma: Eletrônica, conforme Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.3. Tipo de licitação: Menor Preço.

5.4. Critério de julgamento: para fins de julgamento das propostas será adotado o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", observado as condições definidas no Edital e seus anexos.

6. Licitação para ME/EPP:

- 6.1. Após a coleta dos orçamentos para a elaboração do preço máximo para o processo licitatório, verificou-se que há fornecedores enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme orçamentos em anexo, desta forma deverá cumprir a Lei Complementar nº123/2006, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 6.2. Após as coletas dos orçamentos para a elaboração do preço máximo, não foram localizados 03 fornecedores enquadrados como microempresas ou empresa de pequeno porte, situadas em âmbito local ou regional, capazes de cumprir as exigências, nos termos do Art. 49 Lei 123/2006 e Decreto Municipal nº 7643/2021.

7. Especificações Técnicas Mínimas Obrigatórias dos Serviços de Instalação, Implantação, e Treinamento:

- 7.1. No preço ofertado pelo sistema deverá estar incluso os custos de instalação, implantação, treinamento e suporte online e por telefone, não cabendo à empresa contratada quaisquer pagamentos adicionais por estes serviços.
- 7.2. Todo o processo de levantamento de requisitos e análise, durante o processo de customização, deverá ser feito em conjunto com os funcionários deste Município, incluindo os técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação, para todos os itens a serem adaptados pelo licitante.





- 7.3. É de responsabilidade da empresa contratada a configuração do sistema às necessidades da Secretaria de Educação do Município, com cadastramento e preparação das bases de dados, deixando os sistemas em pleno funcionamento.
- 7.4. O prazo de instalação é de até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato.
- 7.5. É de responsabilidade da empresa Contratada a promoção de atividades, voltadas à capacitação dos funcionários do Município (usuários dos sistemas), através de treinamento, tornando-os aptos à operação dos mesmos.
- 7.6. Todo material necessário à realização e ao acompanhamento do curso, a saber: material didático, impresso e em mídia eletrônica, entre outros, deverá ser fornecido pela Contratada na época do treinamento.
- 7.7. A empresa Contratada deverá disponibilizar a Secretaria de Educação do Município as atualizações dos sistemas relacionados por meio de área restrita em sitio web para a realização de download, devendo comunicar os usuários dos sistemas via e-mail sobre as atualizações e o que foi alterado no sistema. No caso de versões disponibilizadas em meio físico, o produto deverá ser entregue no seguinte endereço: Secretaria de Educação do Município de Coronel Vivida, Rua Major Estevão Ribeiro do Nascimento, 570. Centro.
- 7.8. O município será proprietário da versão disponibilizada, podendo utilizar os serviços e produtos a qualquer tempo, a seu critério.
- 7.9. A empresa Contratada deverá manter em seu quadro de funcionários, técnicos aptos a efetuar a assistência técnica adequada a Secretaria.
- 7.10. A empresa Contratada deverá responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus funcionários, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo Município.
- 7.11. É de responsabilidade da empresa Contratada tornar disponível ao Município, versão atualizada do sistema sempre que ocorrer necessidade de correções de defeito ou de adaptações legais que não impliquem em mudanças estruturais, arquivos ou banco de dados.
- 7.12. É de responsabilidade da empresa Contratada, tornar disponível para o Município, versões evoluídas mediante aperfeiçoamentos das funções existentes, implementações de novas funções e adequações às novas tecnologias buscando o aperfeiçoamento constante do produto, visando preservar o investimento do Município e a competitividade do produto no mercado.
- 7.13. A empresa Contratada é responsável pelos serviços de suporte técnico que correspondem ao atendimento por telefone ou Acesso Remoto, durante horário comercial, por meio de chamados técnicos para solução de problemas decorrentes de defeitos e dúvidas/erros observados no uso dos sistemas.
- 7.14. Quando não realizado remotamente, o serviço de suporte aos sistemas deverá ser prestado pela Empresa Contratada, na Secretaria de Educação ou em lugar indicado pela Secretaria, em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do respectivo chamado técnico.
- 7.15. A empresa Contratada é responsável por prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Secretaria, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.
- 7.16. A Contratada deverá durante o período do contrato, esclarecer todas as dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;





- a) Auxílio na recuperação das bases de dados;
- b) Todas as rotinas de backups em disco de armazenamentos (internos ou externos) das bases de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, deverão ser incluídas no Contrato durante a sua vigência.
- 7.17. As rotinas de backups para segurança dos arquivos relacionados com os Softwares, base de dados, será de responsabilidade da Contratada, essas rotinas serão incluídas no Contrato durante o período da vigência.
- 7.18. A execução desse serviço deverá ser atestada pelo responsável pela Secretaria que realizou a solicitação do atendimento técnico.
- 7.19. A empresa deverá entrar em contato na Secretaria de Educação para combinar os serviços de implantação do sistema online nos locais relacionados.

8. Obrigações da Contratada:

- 8.1. Cumprir integralmente as obrigações assumidas, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.
- 8.2. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência contratual, de acordo com o art. 55, XIII, da Lei 8.666/93, informando ao Contratante à ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.
- 8.3. Comunicar imediatamente o Contratante, no caso de ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso dos serviços contratados e a qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessárias.
- 8.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Contratante.
- 8.5. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto, tais como embalagens, seguro, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.6. Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá, além de fornecer e fiscalizar o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus funcionários e prepostos.
- 8.7. É de responsabilidade da Contratada, selecionar e contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida na execução dos serviços em seu nome.
- 8.8. Manter atualizada a relação de funcionários que poderão atuar junto ao Contratante, na execução do Contrato. Em caso de desligamento, a Contratada deverá imediatamente, retirar todas as credenciais que permitam ao(s) funcionário(s), qualquer acesso ao serviço provido, bem como, deverá informar o fato ao gestor e/ou fiscal do Contrato.
- 8.9. Manter por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados confidenciais do Contratante a que tiver acesso, inerentes do trabalho de implantação e/ou manutenção dos softwares. A expressão "irrestrito e total sigilo" abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada.
- 8.10. Comprometer-se a não ceder, manipular, copiar ou efetuar qualquer alteração em softwares adquiridos/contratados ou de titularidade e propriedade intelectual do





Contratante, que venha a ser utilizado na execução dos serviços, sob pena de rescisão e aplicação das cominações previstas contratualmente.

- 8.11. Guardar todas as informações confidenciais em local seguro, de forma que estejam adequadamente protegidas contra roubo, dano, perda ou acesso não autorizado, de acordo com padrões que sejam, no mínimo equivalentes aqueles aplicados as informações confidenciais da Contratada.
- 8.12. Não utilizar nome/marca ou qualquer material desenvolvido pelo Contratante, assim como dados dos clientes a que tenha acesso no decorrer das atividades inerentes a este Termo de Referência, em ações desenvolvidas pela Contratada fora do âmbito de atuação deste Termo de Referência.
- 8.13. Garantir os serviços de atendimento e suporte técnico pelo período de validade da licença, disponíveis em horário comercial, em dias uteis, através de telefone ou via web.
- 8.14. Disponibilizar instrutores para treinamentos de utilização dos softwares, em local definido em conjunto com o Contratante.
- 8.15. A Contratada deverá, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para o Contratante, fornecer novas versões da solução que forem lançadas para correções e falhas na aplicação de (bugs) ou atualizações.
- 8.16. Deverá manter os serviços de atualização corretiva, adaptativa e evolutiva (Legais), parametrização, conversão de base de dados, treinamento básico, pelo período de validade das licenças, conforme necessidade do Contratante.
- 8.17. Constatadas irregularidades nos serviços contratados, a Administração Municipal poderá rejeita-los no todo ou em parte, determinando o ajuste, às suas expensas, em um prazo que deverá se iniciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da assinatura do recebimento da notificação formal, pela Contratada, observando o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93 e deverá ser concluído em até 05 (cinco) dias.
- 8.18. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- 8.19. A Contratada deverá observar rigorosamente as normas regulamentares, de segurança, ambientais, de higiene e medicina do trabalho.
- 8.20. Não manter em seu quadro de pessoal, menores de idade em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos
- 8.21. Do Suporte Técnico, das Despesas com Deslocamento, Estadia e Alimentação para o Suporte Técnico:
 - 8.21.1. A empresa vencedora deverá garantir ao Contratante:
 - 8.21.2. Suporte Técnico em tempo integral durante a fase de implantação do objeto, na Secretaria de Educação, sem custos para o Contratante.
 - 8.21.3. Após a implantação, o suporte técnico será prestado conforme a demanda, mediante requisição expressa do órgão contratante, e compreenderá a execução de qualquer tarefa técnica excluídas as rotinas operacionais ordinárias relacionada à execução do Contrato.





- 8.21.4. A contratada deverá disponibilizar Help Desk, através de um serviço de 0800 ou outro serviço telefônico, via chat, também será obrigatório que a licitante possua um Sistema, disponível através da rede mundial de computadores (internet) para abertura de chamados técnicos, de qualquer natureza, que possibilite o acompanhamento do status do chamado através do número do chamado.
- 8.21.5. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por um atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, com relação ao problema relatado, ou redirecionar o atendimento a quem o faça.
- 8.21.6. A Contratada deverá estar apta a acessar remotamente o sistema do cliente de forma a poder verificar condições de erros que não possam ser reproduzidas em ambientes internos da empresa fornecedora do sistema.
- 8.21.7. Ferramentas que possibilitem a monitoração, e correção se necessário, do desempenho, em termos de utilização e tempos de resposta para os usuários, do sistema deverão fazer parte do contrato de manutenção e suporte.
- 8.21.8. A Contratada devera durante o período do contrato, esclarecer todas as dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas; Auxílio na recuperação das bases de dados; Todas as rotinas de backups em disco de armazenamentos (internos ou externos) das bases de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, deverão ser incluídas no Contrato durante a sua vigência.
- 8.21.9. É de responsabilidade da Contratada a configuração das rotinas de backups para segurança dos arquivos relacionados com os Softwares, base de dados.
- 8.21.10. A Contratada terá acesso remoto, mediante autorização prévia, em todos os servidores e estações de trabalhos do Contratante, para auxiliar, monitorar, seus servidores ou prepostos na sua utilização. Será de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações.
- 8.21.11. Quando ocorrer a solicitação de suporte técnico, com exceção dos atendimentos de responsabilidade da Contratada, este atendimento será pago por hora técnica, após a resolução dos problemas de cada solicitação de serviço, excetuando-se ainda o atendimento por telefone, acesso remoto e via abertura de chamado pela internet.
- 8.21.12. A quantidade estimada de horas técnicas necessárias para o período de vigência inicial do contrato é de 100 (cento), que serão executadas e pagas conforme a real necessidade demandada da Secretaria.
- 8.21.13. Para cada atendimento deverá ser emitida Ordem de Serviço com a descrição do problema, forma de solução e tempo de atendimento.
- 8.21.14. As despesas com deslocamento, estadia e alimentação dos técnicos da contratada, em qualquer situação que exija a presença dos mesmos não terão qualquer custo para o Contratante.

9. Obrigações do Contratante:

9.1. Designar pessoa responsável para o acompanhamento da prestação dos serviços contratados, no local indicado, sendo que o mesmo atestara a execução, conforme disposto nas condições de entrega e demais especificações contidas no contrato e na Nota de Empenho.





- 9.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 9.3. Notificar formal e tempestivamente a Contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento das obrigações assumidas.
- 9.4. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 9.5. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas.
- 9.6. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada durante a vigência do contrato, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.
- 9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 9.8. Permitir que os funcionários da Contratada tenham acesso ao local de entrega do item.
- 9.9. Fornecer, a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar em todos os casos omissos.

10. Da Subcontratação:

- 10.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do Contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do Contratante.
- 10.2. Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da Contratada na fase de habilitação.
- 10.3. Autorizada qualquer das hipóteses retro, a Contratada permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas no Contrato e Edital.

11. Dos Prazos, Local e Condições para Execução dos Serviços:

- 11.1. O Prazo do objeto desta contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite máximo previsto em lei de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do Art. 57, IV, da Lei Federal 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes e sejam mantidas as mesmas condições.
- 11.2. Os serviços, deverão ser iniciados no prazo máximo **05 (cinco) dias corridos** a contar do dia seguinte a assinatura do Contrato, no local designado pela Secretaria Competente, sendo que todas as despesas de transportes correrão por conta da empresa Contratada.
- 11.3. É de responsabilidade da empresa Contratada a configuração dos sistemas às necessidades do Município, deixando os sistemas em pleno funcionamento.
- 11.4. O serviço deverá ser utilizado pela Secretaria Municipal de Educação.
- 11.5. A empresa Contratada deverá manter em seu quadro de funcionários, técnicos aptos a efetuar a assistência técnica adequada ao Município.
- 11.6. Para a prestação dos serviços (todos os lotes/itens), será admitido apenas pessoal do quadro social da empresa e funcionários devidamente registrados.
- 11.7. O recebimento do software e dos serviços dar-se-á de forma provisória, até que os mesmos sejam testados e comprovados todas as suas características, segundo o termo e a proposta da Contratada, quando então o recebimento será definitivo.





- 11.8. Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas no fornecimento e na instalação do software e na prestação do serviço, será lavrado Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas constatadas.
- 11.9. Somente após haver sanado as falhas e/ou irregularidades apontadas, a Contratada será considerada apta para o recebimento do pagamento correspondente.
- 11.10. O Município, através da Secretaria de Educação indicará os locais para a execução dos servicos.
- 11.11. Locais para execução dos serviços:
 - Centro Municipal de Educação Infantil Arco-íris.
 - Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela.
 - Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort.
 - Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna.
 - Centro Municipal de Educação Infantil Primavera.
 - Secretaria Municipal de Educação.
 - Outro(s) Centros Municipais que vierem a surgir.
- 11.12. Nas hipóteses de término da vigência do contrato ou sua rescisão por qualquer motivo, os módulos do SISTEMA DE CADASTRO ÚNICO DE VAGAS CMEIs, ficarão disponíveis para uso do contratante, ou seja, terá a utilização normal, mantendo o acesso de todas as funcionalidades de todos os módulos até a implantação de um novo sistema informatizado.

12. Do Prazo de Vigência e das Alterações:

- 12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses prorrogáveis, **de 17 de janeiro de 2022 a 16 de janeiro de 2023.**
- 12.2. A contratada não poderá em hipótese alguma, mesmo que por solicitação da Secretaria contratante, alterar as quantidades, descrição ou qualquer outro elemento inicialmente contratado, sem a realização do devido termo aditivo de contrato, mesmo que não altere o valor do contrato, sob pena de multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato.

13. Das Condições de Pagamento:

- 13.1 O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome da Contratada.
- 13.2. Os valores a serem pagos a Contratada serão da seguinte forma:
 - 13.2.1. Valor referente à Licença de Uso Suporte e Manutenção em 12 (doze) parcelas iguais e consecutivas, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após a entrega da nota fiscal, sua conferência e aceitação pela Secretaria Competente após a implantação e funcionamento do sistema:
 - 13.2.2. Valor referente à conversão e implantação será pago em até 30 (trinta) dias após a execução da conversão;
 - 13.2.3. No que se refere ao item 11.12, o contratante fica obrigado a pagar os meses de utilização até a implantação de um novo sistema.
 - 13.3. A Nota Fiscal deverá ser impressa de maneira clara, inteligível, inviolável, ordenada e dentro de padrão uniforme, contendo o total para cada produto e/ou serviço. A nota





fiscal não deverá apresentar rasuras e/ou entrelinhas e deverá ser atestada pelo gestor e fiscal do Contrato.

- 13.4. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a apresentação da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (FEDERAL) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida eletronicamente através do site http://www.tst.jus.br, em cumprimento com as obrigações assumidas na fase de habilitação do processo licitatório.
- 13.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, como critério para correção monetária aplicar-se-á o IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE.
- 13.6. Em caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante juros moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 13.7. Quando da incidência da correção monetária e juros moratórios, os valores serão computados a partir do vencimento do prazo de pagamento de cada parcela devida.
- 13.8. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de depósito na conta bancária de titularidade da contratada.

14. Da Dotação Orçamentária:

14.1. Conforme princípio do planejamento integrado e indicação contábil e reserva, em anexo.

15. Da Anticorrupção:

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

16. Gestor e Fiscal do Contrato:

- 16.1. Compete ao Gestor e ao(s) Fiscal(is) do Contrato as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 7.484 de 07 de janeiro de 2021 e as constantes na Lei Federal 8.666/93.
- 16.2. A Administração Municipal indica como gestora do Contrato, a Secretária de Educação, Elizangela Veis Sponholz, Decreto Municipal nº 7.800, para as aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 16.3. Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Adriane Deveras Silveira, matrícula nº 126-0.





Declaração do Gestor e Fiscal do Contrato

Declaramos estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Elizangela Veis Sponholz Secretária de Educação Gestora

Adriane Deveras Silveira Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto Fiscal

Coronel Vivida, 14 de janeiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO:96731109991 BARRETO:96731109991

Assinado de forma digital por ANDERSON MANIQUE Dados: 2022.01.14 13:24:48 -03'00'

> Anderson Manique Barreto Prefeito CONTRATANTE

MAYANA RAMOS MACHADO

Assinado de forma digital por MAYANA RAMOS MACHADO VALLI:01144208580 VALLI:01144208580 Dados: 2022.01.17 14:50:47

Mayana Ramos Machado Valli Eduka Tecnologia, Gestão e Educação Ltda CONTRATADA

Testem	iunnas:

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2022 - PROCESSO. 15/2022

- Dispensa 02/2022 - CONTRATANTE: Municipio de Pato
Branco, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito
no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro na Rua
Caramuru, 271, centro, em Pato Branco - PR, neste ato
representado pelo Prefeito, o Sr. Robson Cantu, brasileiro,
portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº
441.436.468, residante a demisiliado na Pue Agrantina. 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina n.º 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, em Pato Branco –PR, e CONTRATADA: Fundação de Apoio à em Paro Branco — PR, e CONTRATADA: Fundação de Apolo a Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico Tecnológico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná — FUNTEF-PR, pessoa jurídica, inscrita no CNPI: 02.032.297/0006-07, com sede na Rod PR 469 km 01, S/N, Bairro Fraron, CEP: 85.503-390 Pato Branco/PR; Telefone (46) 3225 2511, Site: www.funtefpr.org.br; Representante Legal: Jonas Aldemir Boiarski CPF: 04383.719-30 RG:8165035-7, OBJETO: Prestação de serviços em concurso ndistribusos-7, OBBETO: Prestação de serviços em concurso público e processos seletivo Municipal, destinado ao provimento de cargos, para o preenchimento de vagas, na contratação de pessoal efetivo, com fundamento no artigo 24, XIII da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças VALOR: O valor total do objeto do futuro contrato é de 90.452,59 (noventa mil quatrocentos e cinqüenta e dois reais e cinqüenta e nove centavos). Para uma estimativa de até 1000 (mil) candidatos. Caso o quantitativo de inscritos ultrapasse a previsão inicial, deverá ser pago um valor adicional de 47,64 (quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) por candidato.PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses: 13 de Janeiro de 2022. FORO: Comarca de Pato Branco,

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Estado do Paraná. Pato Branco, 13 de Janeiro de 2022.

Extrato Termo de Aditamento nº 14/2021 - Contrato nº 134/2018 GP. Concorrência nº 15/2018, Processo nº 113/2018. PARTES: Município de Pato Branco e M S Klauczek& Cia Ltda-EPP. OBJETO: A execução dos serviços, sob regime de empreitada global, de pavimentação asfáltica e execução de passeios na Travessa Escolástica Tatto, construção de passagem sobre o Rio Ligeiro para ligação da Travessa Escolástica Tatto a Avenida da Inovação e a execução de passeios na Avenida da Inovação, Avenida Tupi e Rua execuçado de passesios na Avenida da movaçado, Avenida i upi e Rua Assis Brasil, no Município de Pato Branco, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 845753/2017/MCIDADES/CAIXA - Processo nº 2608.1040335-41/2017, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Pato Branco, objetivando a execução de ações relativas ao Planejamento Urbano, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras. Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 2°, bem como justificativa e solicitação levada a termo no protocolo administrativo n. 439565/2021 pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, as partes pactuam a prorrogação do prazo de vigência contratual até 03 de dezembro de 2021. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 03 de Novembro de 2021. Robson Cantu -Prefeito. Marcio Santos Klauczek - Representante Legal.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

Extrato Termo de Aditamento nº 15/2021 - Contrato nº 134/2018 GP. Concorrência nº 15/2018, Processo nº 113/2018.

PARTES: Município de Pato Branco e M S Klauczek& Cia Ltda-EPP. OBJETO: A execução dos serviços, sob regime de empreitada global, de pavimentação asfáltica e execução de passeios na Travessa Escolástica Tatto, construção de passagem sobre o Rio Ligeiro para ligação da Travessa Escolástica Tatto a Avenida da Inovação e a execução de passeios na Avenida da Inovação, Avenida Tupi e Rua Assis Brasil, no Municipio de Pato Branco, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 845753/2017/MCIDADES/CAIXA - Processo nº 2608.1040335-41/2017, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Pato Branco, objetivando a execução de ações relativas ao Planejamento Urbano, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras. Do necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Voras. Do Prazo: Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 57, § 2º, bem como justificativa e solicitação levada a termo no protocolo administrativo n.º 443215/2021 pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, as partes pactuam a prorrogação do prazo de vigência contratual até 31 de janeiro de 2022. *Do Valor:* Com base na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, especialmente em seu Artigo 65 inciso II, alinea "d", as partes pactuam aditivo no valor de R\$ 59.672,27 passando o valor total de R\$ 1.643.167,52 para R\$ 1.702.839,79. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 02 de Dezembro de 2021. Robson Cantu - Prefeito. Marcio Santos Klauczek Representante Legal.

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGAD PRESENTAL Nº 06/2022
TIPO MENOR PRECO POR ITEM
EXCLUSIVO PARA ME OU EPP
Objeto: REGISTRO DE PRECADA PROVINCIA E EVENTUS ACUSIÇÕES DE GRADES
PARA BOCA DE LOBO DESTINAN PUTUROS E EVENTUS ACUSIÇÕES DE GRADES
PARA BOCA DE LOBO DESTINAN PUTUROS E EVENTUS ACUSIÇÕES DE GRADES
PARA BOCA DE LOBO DESTINAN PUTUROS DE EVENTUS ACUSIÇÕES DE GRADES
PARA BOCA DE LOBO DESTINAN PUTUROS. PRESE Angulo Mazzono. 91.
PORRAS. VIAÇÃO E URBANSIMO. LOCAL E HORARIO: Preça Angulo Mazzono. 91.
PORRAS. VIAÇÃO E URBANSIMO. LOCAL E HORARIO: Preça Angulo Mazzono. 91.
PORRAS VIAÇÃO E URBANSIMO. LOCAL E HORARIO: Preça Angulo Mazzono. 91.
PORRAS VIAÇÃO E LORGA DE LOCAL DE

MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA - PR

MUNICIPIO DE COMPANIO DE CONTRETADA DE COMPANIO DE COMPANIO DE CONTRETADA DE COMPANIO DE COMPANIO DE CONTRETADA DE COMPANIO DE COMPANI

DIÁRIO DO SUDOESTE 19 de janeiro de 2022

Extrato Disperso de Lectiação nº 01/2022, Processo nº08/2021. PARTES: Município de Pato Branco e MAPDATA-TECNOLOGIA, INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de Licença de uso dos softwares Adobe Creative Cloud for teams - All Apps ALL Multiple Platforms Licensing para o período de 12 (doze) meses, atendendo às necessidades da Diretoria de Comunicação Social do Município de Pato Branco VALOR R\$ O valor periodo de 12 (doze) meses, atendendo as necessidades da Diretoria de Comunicação Social do Município de Pato Branco VALOR R\$ O valor ajustado para a aquisição do objeto do presente contrato é de: R\$ 14.357.16 (quatorze mil e trezentos e noventa e um reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTĂRIA: 02.05 DIRETORIA DE COMUNICACAO SOCIAL - 041310003.2.003000 Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa 3.1.90.11 - 3.3.90.40.00.00.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E C 53 Fonte....: 0 Recursos Ordinarios (Livres) Cod Reduzido - 53 Desdobramento - 2400. DISPENSA DE LICITAÇÃO: A dispensa de licitação é embasada na Lei 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II, que diz: E dispensável a licitação: "II - para outros serviços e compras no valor de até 10% (dez por cento) do valor limite previstos na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez" e Decreto 9.412 de 18 de Junho de 2018, que atualiza os valores das modalidades de Licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666/93. Pato Branco, 10 de Janeiro de 2022. Robson Cantu — Prefeito Giles Cesar Balbinotti - Secretário de Ciências Tecnologia e Informação. Tecnologia e Informação.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

8.060/95, em seu artigo 24, inciso XIII, que diz: L dispensavel a licitação: 'XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos". Pato Branco, 13 de Janeiro de 2022. Robson Cantu - Prefeito. Agustinho Rossi Secretário Interino de Administração. Elimenso Administração e Finanças

CÂMARA MUNCIPAL DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ

O Presidente de Carta Municipal de Pato Branco Estado de 1922.

O Presidente de Carta Municipal de Pato Branco Estado de Patria, no atribuções legis esta de 1921 e a 1921 de 1921

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação Gabinete da Presidência, aos 18 dias do mês de janeiro de 2022

EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 1/2022. Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato de Empretada por Preço Global nº 26/2021/GP, que entre si celebram o Município de Mariopolis e FB Engenharia e Empreadriamento a Contrato de Empretada por Preço Global nº 26/2021/GP, que entre si celebram o Município de Mariopolis e FB Engenharia e Empreadriamento Alban Mario Eduardo Lopes Paulek Astaleiro, casado, incertino c.CPF MP. nº 45/64/36/37/90, portador de CIRG nº 3.03/68/39/35/SPPR residente e domiciliado na Rius Seis, nº 1183, centro, CEP 85/55/900, na cidade de Mariopolis, estado O Paraná, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro Indo FB Engenharia e Empreendimentos Litia - ME, pessoa jurídica de dreito privado, CNPLMF nº 18,56/36/39/35/90, com sede na Rius Treze, nº 480, centro. CEP 85/55/900, na cidade de Mariopolis, estado O Paraná, neste ato representada por Fernando Cesar Belan Traseiro, casado, engenhero cvil, inscribo no CPF/MF nº 028/54/06/91/2, portador de CIRG nº 10/89/39/95/SPP. Residente de domiciliado na Riu Treze, nº 490, centro. CEP 85/55/00, na cidade de Mariopolis, estado do Paraná, desto are em diante denominado CONTRATANTE e de outro de CIRG nº 10/89/39/95/SPP. Residente de domiciliado na Riu Treze, nº 490, centro. CEP 85/55/00, na cidade de Mariopolis, estado do Paraná, de ora em diante denominado CONTRATADA, tendo certo e ajustado a excução dos serviços, adamento estado ne se serviços de morta comisión na fixe producido de mario de certo e ajustado a excução dos serviços, adamente especificado, qual intelação foi promovida atravade do Dispensa de Licitação nº 23/20/21, que tem por objeto a contratação de empresa para resilização de obra de reforma do CAVEI Cantinho Feliz, Gualare especificado, quala felização e selenta e três centimetros, de accordo com conograma, planifla de desenções e metros quadrados e selenta e três centimetros, de accordo com conograma, planifla de serviços e morta estado e de contra de contra en morta de contra en morta de contra entre de contra de contra de contra e

Edição nº 8060

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2022 - PROCESSO

08/2022 - Dispensa 01/2021 - CONTRATANTE: Município
de Pato Branco, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e
foro na Rua Caramuru, 271, centro, em Pato Branco - PR,
neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Robson Cantu,
brasileiro, portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina n.º 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, em Pato Branco -PR, e CONTRATADA: Mapdata-Tecnologia, Informática e Comércio Ltda, pessoa Mapdata-Tecnologia, Informática e Comércio Ltda, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ: 66.582.784/0001-11, com sede na Av Geraldo Gobbo, nº 278, Parque Residencial Boa Vista, Americana - SP. CEP: 13.477-410. Fone: (19) 3475-4100. Representante legal: Paulo Eduardo Onuchic, Brasileiro, CPF 092.764.978-03, RG 7.101.399-4/SP. OBJETO: aquisição de Licença de uso dos softwares Adobe Creative Cloud for teams - All Apps ALL, Multiple Platforms Licencian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para o periford de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para para de la complexica de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para para de la complexica de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para para de la complexica de 1.7 (days) meses attendando de Licençian para para de la complexica de 1.7 (days) meses attendando de 1.7 (days) meses attendando de 1.7 (days) de 1.7 (days) de 1.7 (days) de 1.7 (days) meses attendando de 1.7 (days) de 1.7 Licensing para o período de 12 (doze) meses, atendendo às necessidades da Diretoria de Comunicação Social do Município de Pato Branco VALOR: O valor ajustado para a aquisição do objeto do presente contrato é de: R\$ 14.357,16 (quatorze mil e trezentos e noventa e um reais) PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.: 12 de Janeiro de 2022. FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Pato Branco, 12 de

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2022— PROCESSO Nº 13/2022. PARTES: Município de Pato Branco e RS TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA OBJETO: Contratação da empresa RS TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA OBJETO: Contratação da rempresa RS TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO TDA, para ministrar o Treinamento "O Poder da Auto-sponsabilidade" que terá como público alvo: professores diretores e coordenadores da rede municipal de ensino de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura VALOR: O valor para a futura prestação de serviço será de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), equivalente ao Treinamento Master Coach a ser ministrado para so professores, diretores e coordenadores da rede municipal de ensino de Pato Branco DOTAÇÃO ORÇAMENTÂRIA: Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do contrato correrão por conta dos recursos da Dotação 07 SECRET.MUN.EDUCACAO E CULTURA - 123650039, 2095000 Manutenção dos Centros de Educação Infantil 3.1,90.11.00. - 3.3 90.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JU 2928 Fonte.: 10.3 Educação 10% s'transferências Constituc. - Cod. Reduzido v- 2928 Desdobramentos - 15303, JUSTIFICATIVA NA INEXIGIBILIDADE: Com base na Let-6.666/93, em seu artigo 25, Iniciso II e Artigo 13 Caput, que diz: para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. desta lei. Pato Branco, 12 de Janeiro de 2022. Simone dos Santos Painim - Secretária Municipal de Educação. Robson Cantu - Prefeito. Municipal de Educação. Robson Cantu - Prefeito.

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2022 - PROCESSO. 13/2022

- Inexigibilidade 04/2022 - CONTRATANTE: Município de
Pato Branco, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro
na Rua Caramuru, 271, centro, em Pato Branco - PR, neste ato
representado pelo Prefeito, o Sr. Robson Cantu, brasileiro,
portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº
441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina n.º
02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040,
em Pato Branco - PR, e CONTRATADA: RS
TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO
LTDA. CNPJ nº 22.956.843/0001-07, sito à Travessa Itararé, 55 LTDA, CNPJ n° 22.956.843/0001-07, sito à Travessa Itararé, 55, Conj 63, Cond. Silvia ED, Bairro: Centro, Curitiba-PR, CEP: 80060-040,email:robsonteixeira@febracis.com.br.Representante Legal: Ronald Regys Bezzera Gomes, CPF: 003.569.203-05 RG: 7002252077. OBJETO: Contratação da empresa RS REINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA, para ministrar o Treinamento "O Poder da Autoresponsabilidade" que terá como público alvo: professores, diretores e coordenadores da rede municipal de ensino de Pato Branco, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura VALOR: O valor para a futura prestação de serviço será de R\$ 15.000.00 (Quinze mil reais), equivalente ao Treinamento Master Coach a ser ministrado para os professores, diretores e coordenadores da rede municipal de ensino de Pato Branco. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses: 12 de Janeiro de 2022. FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Pato Branco, 12 de Janeiro de 2022. 80060-040,email:robsonteixeira@febracis.com.br.Representante

MUNICIPIO DE PATO BRANCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2022 - PROCESSO. 12/2022

- Inexigibilidade 03/2022 - CONTRATANTE: Município de
Pato Branco, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob nº 76.995.448/0001-54, com sede e foro
na Rua Caramuru, 271, centro, em Pato Branco - PR. neste ato na Rua Caramuru, 271, centro, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Robson Cantu, brasileiro, portador do RG nº 1.816.183-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 441.436.649-68, residente e domiciliado na Rua Argentina n.º 02, Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, 02 Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, 02 Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, 02 Apto 702, Bairro Jardim das Américas, CEP 85.502-040, nº 32.583.180/001-78, Rua Nossa Senhora Aparecida, 490/65 – Fazenda Rio Grande – PR, CEP: 83829-018 email: larissakautzmann@gmail.com, Representante Legal: Larissa Kovalski Kustymann CRI. 025.1332235. CPF: 607.663.300.15 Fazenda Rio Grande — PR, CEP: 83829-018 email: larissakautzmann@gmail.com, Representante Legal: Larissa Kovalski Kautzmann CNH: 02513322285 CPF: 697.663.390-15 OBJETO: Contratação da empresa QUINTAL DE IDEIAS ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA, para Formação para Professores, Coordenadores e Diretores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura. VALOR: O valor para a futura prestação de serviço será de R\$ 145.000.00 (Cento e quarenta e cinco mil pario personal distribuido da caputire forms PRAZO cinco mil reais), estando distribuido da seguinte forma. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses: 12 de Janeiro de 2022. FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná. Pato Branco. 12 de Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição salarial nas remunerações dos Servidores Municipais Ativos e Inativos, Empregados Públicos, Servidores ocupantes dos cargos de provimento em Comissão, Celetistas e Conselheiros Tutelares em 9,41% (nove, virgula quarenta e um por cento), a partir de 1º janeiro de 2022:

I - O percentual de reposição das perdas será de 9,41%, com base no IPCA acumulado no período de março de 2019 a fevereiro de 2021.

Art. 2º As despesas desta lei correrão por conta de previsão orçamentária, já constante em dotação própria do poder executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Contenda Paraná, 18 de janeiro de 2022.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:

Renan de Oliveira Santos Código Identificador: 765E2809

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO n° 02/2022 – Pregão Eletrônico n° 91/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: EDUKA TECNOLOGIA, GESTÃO E EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ n° 41.399.052/0001-60. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software, para cadastro único de vagas nos centros municipais de educação infantil e secretaria de educação. Valor total: R\$ 25.000,00. Prazo de vigência: 12 meses, 17.01.2022 a 16.01.2023.

Coronel Vivida, 14 de janeiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador:786CF166

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2022

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2022

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM EXCLUSIVO PARA ME OU EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GRADES PARA BOCA DE LOBO DESTINADA PARA ATIVIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO. LOCAL E HORÁRIO: Praça Ângelo Mezzomo, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 01 de fevereiro de 2022. Abertura dos envelopes: as 09:01h do dia 01 de fevereiro de 2022. VALOR MÁXIMO TOTAL: R\$ 55.250,00. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 18 de janeiro de 2022.

JULIANO RIBEIRO, Presidente da CPL. Publicado por: Fernando de Quadros Abatti Código Identificador: BD788C40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO n° 05/2022 – Pregão Eletrônico n° 90/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA, CNPJ n° 08.574.064/0001-08. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de enxoval adequados para o funcionamento de forma integral, para secretaria municipal de assistência social do município de Coronel Vivida – PR. Valor total: R\$ 16.796,92. Prazo de vigência: 06 meses, 17.01.2022 a 16.07.2022.

Coronel Vivida, 17 de janeiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito.

CONTRATO n° 06/2022 – Pregão Eletrônico n° 90/2021 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: VINICIUS CHAVES DOS SANTOS EPP, CNPJ nº 05.207.424/0001-45. Objeto: contratação de empresa para fornecimento de utensílios domésticos e de cozinha, adequados para o funcionamento de forma integral, para secretaria municipal de assistência social do município de Coronel Vivida – PR. Valor total: R\$ 697,00. Prazo de vigência: 06 meses, 17.01.2022 a 16.07.2022.

Coronel Vivida, 17 de janeiro de 2022.

ANDERSON MANIQUE BARRETO, Prefeito

Publicado por: Iana Roberta Schmid Código Identificador: B7359B78

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2022

Objeto: REGISTRO DE PRECOS, OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA DE **GÊNEROS** ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO E PERECÍVEIS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ DISTRIBUÍDA NAS UNIDADES DE ENSINO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIS E ESCOLAS MUNICIPAIS. COM ITEM(NS)/LOTE(S) EXCLUSIVO(S) **PARA** PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ITEM(NS)/LOTE(S) COM COTA RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E ITEM(NS)/LOTE(S) ABERTO(S) PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.

Início da Sessão Pública: Dia: 2 de fevereiro de 2022, Hora: às 08 horas e 15 minutos - Horário de Brasília.

Valor: R\$ 2.785.385,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais).

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, no site www.doisvizinhos.pr.gov.br e no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848.

Dois Vizinhos, 18 de janeiro de 2022.